

**SPZS****Sindicato dos Professores
da Zona Sul**www.spzs.pt

MOÇÃO

O MEC/Governo continuam a aplicar medidas que têm como resultado o desemprego dos docentes e que não contribuem, em nada, para o sucesso educativo dos alunos. A nova matriz curricular, o encerramento de inúmeras escolas do 1.º ciclo, (esta semana foi anunciado o encerramento de mais 239 escolas do 1º ciclo), os mega-agrupamentos, tal como a alteração das ofertas educativas e as novas regras para a organização do próximo ano letivo, contribuirão para o desemprego imediato de muitos milhares de docentes e para o agravamento das condições de trabalho dos que conseguiram ter, no ano letivo 2012/2013, componente letiva atribuída.

De acordo com o levantamento que o Sindicato dos Professores da Zona Sul fez nas escolas do Alentejo e Algarve, cuja amostra corresponde a mais de 1/3 das escolas/agrupamentos, os professores com horário-zero ultrapassam o milhar, juntando-se a inúmeros docentes contratados que ficarão no desemprego a partir de setembro de 2012.

Os docentes presentes nas concentrações em Évora e Faro recusam a política economicista do MEC/Governo, causadora de desemprego e insucesso educativo e manifestam a sua disposição em continuar a luta por uma Escola Pública em que todos tenham lugar e por um sistema educativo de qualidade para todos.

Os docentes presentes na concentração exigem:

- Atribuição imediata de serviço letivo efetivo (mínimo de 6 horas letivas) a todos os docentes dos quadros;
- Vinculação imediata dos docentes contratados, com efeitos ao início do próximo ano letivo, nos termos estabelecidos pela lei geral;
- Redução do número de alunos por turma, no mínimo para os valores que vigoravam;
- Alteração de disposições do Despacho 13-A/2012, de 5 de junho, designadamente a reposição das horas para a direção de turma, a atribuição de crédito de horas por Escola Secundária e EB2.3 ainda que agrupada com 1.º Ciclo e Pré-Escolar e não por “mega-agrupamento”, reforço de horas a todas as escolas, sem penalização das mais desfavorecidas;
- Que a criação de novos mega-agrupamentos (agregações) apenas ocorra nos casos em que se verifique consenso entre autarquia, conselhos gerais das escolas e administração educativa;
- Suspensão de vigência da matriz curricular e início de um grande debate que permita, dentro de um ano, realizar uma verdadeira revisão curricular;
- Pagamento das dívidas do MEC aos docentes, designadamente a compensação por caducidade dos contratos. Ao obrigar os docentes a recorrerem aos tribunais para garantirem esse pagamento, o MEC está a onerar os custos da Justiça e a sobrecarregá-la de processos cujo fim é o que já se conhece: até ao momento, são já 42 sentenças condenatórias do Ministério.

Por isto, os docentes presentes nas concentrações regionais de Évora e Faro, no dia 26 de julho, reafirmam as razões do seu protesto contra estas opções políticas e ideológicas e a continuação legítima da luta dos docentes por uma ESCOLA PÚBLICA de qualidade, gratuita, democrática e inclusiva, capaz de responder aos desafios do presente e do futuro do País.

Évora e Faro, 26 de julho de 2012